



EUROPEAN CENTRAL BANK
EUROSYSTEM



Revisão da Estratégia de Política Monetária do BCE

Evento de auscultação de organizações da
sociedade civil pelo Banco de Portugal

I. Visão geral do evento

No dia 29 de janeiro de 2021, no âmbito da “Revisão da Estratégia de Política Monetária” do BCE, o Banco de Portugal realizou um evento de auscultação a representantes de organizações da sociedade civil.

O evento decorreu sob a forma de *webinar* e contou com quinze representantes de diferentes organizações, incluindo sindicatos, organizações de consumidores e ambientais, associações empresariais e fundações.

Pelo Banco de Portugal participaram o Governador, Mário Centeno, e o diretor do departamento de Estudos Económicos, Nuno Alves, que introduziram o tema e revelaram as expectativas relativamente ao evento. A moderação foi assegurada pelo diretor do departamento de Comunicação e Museu, Bruno Proença.

Todos os presentes tiveram oportunidade de expor a sua opinião sobre a Política Monetária do Banco Central Europeu e o papel do Banco de Portugal neste tema.

II. Principais temas discutidos

1. Objetivos de Política Monetária

A generalidade dos participantes salientou que o BCE tem sido bem-sucedido no cumprimento do seu mandato de manutenção da estabilidade de preços e foi decisivo na salvaguarda da estabilidade europeia na resposta às crises. Francisco Assis Miranda, Presidente do CES, referiu que nos últimos 10 anos foi a condução da política monetária que deu o maior contributo para o reforço da União Europeia.

Quanto aos objetivos da política monetária, António Saraiva, Presidente da CIP, defende que o BCE não deve definir prioridades e objetivos alheios ao seu mandato de estabilidade dos preços. Também Francisco Menezes, Presidente da CTP, considerou que a salvaguarda da estabilidade de preços deverá ser a principal função do BCE.

Já Tiago Cunha, do Gabinete de Estudos da CGTP-IN e Ana Bernardo, Secretária Geral Adjunta da UGT, defendem que o emprego deve estar nos objetivos prioritários da política monetária.

Alexandra Azevedo, Vice-Presidente da QUERCUS, considera que a política monetária deve ter em conta questões ambientais e sociais.

Relativamente à definição do objetivo de estabilidade de preços, João Maia, Diretor Geral da APICCAPS, sugere que o BCE estabeleça como objetivo um valor superior ao atual ou defina um intervalo de variação para a inflação para vários anos. Defendeu também que a política monetária do BCE deve ser coordenada com o que está a ser feito em outros países (Estados Unidos, Reino Unido e Japão).

Quanto ao indicador utilizado para medir a inflação, foi sugerido por vários participantes que o IHPC deve ser revisto, nomeadamente para refletir os custos com a habitação. A este propósito, Francisco Lima, Presidente do INE, fez notar que o IHPC é uma medida estatística, não um instrumento de política nem uma política em si.

2. Instrumentos de Política Monetária

António Saraiva referiu que o BCE deve rejeitar os apelos para dar prioridade nas suas compras a ativos privados “verdes”, introduzindo na sua atuação objetivos estranhos à sua esfera de competências. Isso criaria maiores assimetrias entre os Estados-Membros.

Já Vinay Pranjivan, economista sénior da DECO, considera que os instrumentos de política monetária do BCE deverão privilegiar sectores e empresas com comportamentos sustentáveis.

Tiago Cunha considera que o programa de compra de ativos do BCE deve ser revisto porque é potenciador de desigualdades. Devem ser privilegiados instrumentos dirigidos às PME. Luís Ribeiro, Presidente da AEP, considera que os instrumentos de política monetária devem promover instrumentos de financiamento/capitalização das empresas, para além dos empréstimos bancários.

3. Principais expectativas e preocupações económicas

A pandemia e as consequências económicas e sociais associadas emergiram como as principais preocupações dos participantes.

Isabel Mota, Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, referiu que os decisores de política, incluindo os bancos centrais, têm que ter em conta o aumento da pobreza e das desigualdades que se acentuaram na Europa no contexto da pandemia, bem como questões mais estruturais como a demografia. Revelou também preocupação com o impacto nas poupanças e nos fundos de pensões da manutenção prolongada de taxas de juro muito baixas.

Ana Bernardo referiu que é necessário ter em conta que os desafios da recuperação económica e social são diferentes entre Estados-membros, atendendo às diferentes situações de partida e aos impactos diferenciados da crise. Considera também importante o reforço da regulação dos segmentos não bancários do sistema financeiro e monitorização dos riscos associados.

Francisco Menezes sublinhou a importância da evolução da taxa de câmbio do euro para a recuperação da economia europeia.

Vários participantes consideram crítica a articulação entre a política monetária e a política orçamental no futuro próximo, designadamente a abordagem que a União Europeia vier a adotar relativamente aos processos de consolidação orçamental dos diversos países. Também foi manifestada preocupação com os impactos das moratórias nos NPL dos bancos e, consequentemente, na capacidade de os bancos continuarem a conceder crédito no futuro.

Jorge Portugal, diretor-geral da COTEC, considera que não podemos perder a perspetiva de médio e longo prazo e o papel estruturante da inovação na resiliência e dinâmica das empresas e das economias. O BCE deve contribuir para a definição de uma visão de longo prazo de desenvolvimento económico da União Europeia.

Gonçalo Matias, diretor da área de estudos da Fundação Francisco Manuel dos Santos, considera que a “bazuca” europeia é crucial para apoiar a recuperação europeia, mas que permanecem riscos de virem a ser colocados entraves/limitações à sua utilização por parte de alguns países e instituições. É necessário eliminar esses riscos.

4. Como melhorar a comunicação do BCE e do Banco de Portugal

Vários participantes consideraram importante que o BCE e o Banco de Portugal continuem a dinamizar eventos deste tipo junto destas audiências.

Francisco Silva, Secretário-Geral da CONFAGRI, referiu que o Banco de Portugal ainda é uma entidade distante das pessoas e que a política de comunicação deve fazer um esforço para aumentar a aproximação.

Francisco Lima referiu a necessidade de continuar a promover a literacia económica em Portugal, incluindo explicar o que faz um banco central e o que é a política monetária.

Vinay Pranjivan sugeriu que nos momentos chave de comunicação de medidas por parte do BCE, a comunicação fosse acompanhada de uma ação de literacia para ajudar a mensagem a chegar aos consumidores (utilizando uma linguagem simples e canais como as redes sociais).

III. Anexo

Webinar com representantes da sociedade civil, 29 de janeiro 2021, 10h00-12h30

Lista de organizações participantes:

- AEP – Associação Empresarial de Portugal
- APICCAPS – Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e seus Sucedâneos
- CES - Conselho Económico e Social
- CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional
- CIP – Confederação Empresarial de Portugal
- CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal
- COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação
- CTP - Confederação do Turismo Português
- DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor
- Fundação Calouste Gulbenkian
- Fundação Francisco Manuel dos Santos
- INE - Instituto Nacional de Estatística
- QUERCUS- Associação Nacional de Conservação da Natureza
- SCML - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
- UGT - União Geral dos Trabalhadores